

De vento em popa?

Economia

FRANCISCO EDUARDO BARRETO DE OLIVEIRA

Sim, no campo econômico tudo indica que vamos de vento em popa. Apesar do repique deste mês, a inflação está sob controle. Finalmente, a muito esperada reação das exportações à desvalorização cambial parece estar ocorrendo. Até nossos ressabiados credores no exterior começam a ter uma visão mais otimista quanto ao futuro do país, como bem demonstra o lançamento de títulos de dívida com prazo de 40 anos. É verdade que continuamos com taxas de juros estratosféricas, mas, gradualmente, as necessárias reduções estão ocorrendo, sob o competente comando do Banco Central.

Se não houver maiores sobressaltos no front externo, cresceremos algo como 4 ou 5% por ano até o fim do presente mandato presidencial. Como corolário, emprego e salário devem ter alguma recuperação. Por tabela, melhoraram as contas públicas, principalmente as da Previdência Social. Por sua vez, isto abre margem para aliviar um pouco o gárrote da compressão orçamentária. Em resumo, a pilotagem da economia no curto prazo pode ser considerada para lá de razoável.

No campo político, é verdade, alguns sacolejos. Entretanto, por incrível que pareça, coisas como a ameaça da CPI do Eduardo Jorge acabaram por fortalecer a coligação partidária que dá sustentação política ao Governo, com destaque para o mui combativo Dom Antônio Carlos Magalhães. Mais importante ainda, o Planalto conseguiu isolar a condução da economia dos eventos

negativos no cenário político.

Tudo muito bem até aqui, seria a conclusão natural. Finalmente, depois da tempestade, um pouco de bonança não faz mal a ninguém. Vamos aproveitá-la, possivelmente estará pensando o Governo, inclusive para recuperar pelo menos um pouco da popularidade perdida. Aqui e ali, uma e outra medida tópica — do tipo congelamento do preço de remédios ou a contenção da alta dos combustíveis — dão uma mãozinha no indispensável afago à classe média.

Infelizmente, como a famosa alegria de pobre, esta fase de bonança

pode durar pouco, se as indispensáveis reformas forem postas de lado no clima de oba-oba que começa a se prenunciar. O país continua tendo uma estrutura de impostos e contribuições que pode ser comparada à areia nas engrenagens do sistema produtivo. Ao que tudo indica, a tão falada reforma tributária foi adiada *sine die*. No campo da previdência, o que foi pomposamente chamado de "reforma" não passou de um mero ajuste, complementado pelo remendo mambembe do "fator previdenciário". Sim, teremos algum alívio no curto prazo, e o desastre de médio e longo será um pouco

Cruz



menor. De toda forma, continuamos a ter um sistema de previdência fadado, ineficiente e injusto operando no chamado regime de repartição. Perdemos assim a oportunidade de, ao transformá-lo (parcialmente) em um regime de capitalização, não só saneá-lo financeiramente, como também, de lambuja, incentivar a acumulação de poupanças previdenciárias. Seriam justamente estas poupanças privadas um dos elementos fundamentais para a alavancagem de um novo ciclo de desenvolvimento sustentável para o país, menos dependente das poupanças externas e da alocação burocrática do capital pelos órgãos do Estado.

No campo da saúde, reconheçamos, alguma coisa foi feita. Por outro lado, é quase surrealista a posição eufórica das autoridades da área, com base em uma pesquisa do IBGE sobre a opinião dos usuários do SUS. O fato de que a maioria qualificou os serviços como razoável ou bom não significa nada: o usuário simplesmente não tem informação para julgar. Aliás, quem é do ramo tem obrigação de saber que a saúde é um exemplo clássico de informação assimétrica, ou seja, o prestador de serviços conhece praticamente tudo sobre o mercado em que atua e o usuário quase nada, inclusive sobre a qualidade dos serviços que recebe. Assim, continuo acreditando na avaliação de algumas organizações internacionais que qualificam o nosso sistema de saúde dentre os piores do mundo.

Também na educação, alguns progressos notáveis. Falta, entretanto, muito o que fazer, principalmente no campo do ensino superior. Enfim, poderíamos prosseguir com a enu-

meração de vários sucessos parciais nas chamadas reformas, mas o ponto que pretendo enfatizar é outro. Meu receio é que, dado o clima mais favorável, o Governo se deixe embalar por um certo torpor, abandonando de vez a pauta de reformas.

Esta postura, em minha opinião, acarreta no mínimo dois riscos. Em primeiro lugar, no campo econômico, a situação não é tão confortável quanto parece. Se é quase certo que teremos à frente um período curto de prosperidade, por outro, nada garante ainda um processo sustentado de desenvolvimento. A progressão da dívida pública é preocupante, o ajuste fiscal tem-se baseado em receitas extraordinárias e cortes de despesas não sustentáveis no tempo, enfim, as reformas estruturais ainda estão longe da conclusão.

Entretanto, é no campo político, a meu ver, que reside o maior risco. Um governo sem uma pauta agressiva joga na defensiva, vira alvo fácil para as investidas dos inimigos. É natural inclusive que, à medida que se avizinha a sucessão presidencial, a intensidade da artilharia se intensifique, com alguns prováveis tiros de dentro da própria trincheira.

Em resumo, não me parece hora de administrar as glórias, mesmo porque, se assim for feito, acho que estas serão passageiras. Há que se continuar perseguindo a indispensável pauta de reformas para que, afinal, depois de muitos anos de avanços e recuos, possamos ter uma nova etapa de desenvolvimento sustentado.

FRANCISCO EDUARDO BARRETO DE OLIVEIRA é pesquisador do Ipea.